

## REQUERIMENTO

A Cimpor - Cimentos de Portugal, está entre os dez maiores grupos cimenteiros a operar no mercado mundial, possui 26 fábricas com uma capacidade instalada de produção de 36 milhões de toneladas de cimento por ano e emprega perto de 8.500 colaboradores.

Da estrutura acionista da empresa 30,3% do capital social encontra-se em mãos nacionais.

É a empresa portuguesa mais internacionalizada cujo valor das exportações é relevante na balança comercial e constitui-se como uma das empresas de referência do tecido empresarial português.

Ora, segundo notícias vindas a público a empresa InterCement, detida pela Camargo Corrêa, lançou a 30 de março uma OPA sobre a totalidade do capital da Cimpor, oferecendo 5,50 euros por ação.

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) anunciou, apenas 26 minutos após ser conhecida a oferta, disponibilidade para vender a sua participação na Cimpor, nas condições oferecidas pela Camargo Corrêa.

Esta notícia é tanto mais estranha na medida em que, ainda há bem pouco tempo, na OPA lançada pela brasileira CSN, a CGD recusou vender a sua participação numa oferta de 6,50 euros, ou seja um euro a mais por ação, do que o valor agora oferecido na presente OPA.

Tendo em conta que devem estar em causa cerca de 200 milhões de ações facilmente constatamos a importância dos valores em causa.

Por outro lado, segundo notícias não desmentidas, a Camargo Corrêa, uma vez comprada a Cimpor, propõe-se desestruturá-la, ou seja, repartir as suas fábricas e as suas competências por outras entidades.

Propõe-se, ainda, inserir na Cimpor alguns dos seus ativos sem, no entanto, esclarecer a forma como o vai conseguir.

A efetivar-se esta operação não é claro o futuro da Cimpor e muito menos o impacto que, presumivelmente, irá ter na economia portuguesa.

Foi precisamente com o argumento de evitar a desestruturação da Cimpor que a CGD justificou a recusa da oferta feita pela CSN.

É, pois, do interesse dos contribuintes portugueses conhecer as razões que levaram a CGD a mudar o seu comportamento, quer relativamente à defesa intransigente da unidade da Cimpor quer no tocante ao preço das respetivas ações.

Para o Partido Socialista não está em causa o investimento estrangeiro em Portugal, muito menos brasileiro, mas sim os contornos da operação da Camargo Corrêa sobre uma das mais importantes empresas portuguesas

Acresce que a Semapa tornou pública uma proposta, alternativa à OPA apresentada pela Camargo Corrêa, sendo da maior importância conhecer se tal proposta é melhor, idêntica ou pior do que a apresentada.

Importa, pois, esclarecer os motivos pelos quais a CGD, e por consequência o Governo enquanto acionista único, aceitou a proposta da Camargo Corrêa em detrimento da proposta apresentada pela Semapa.

Nestes termos, o Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, vem pelo presente meio requerer a presença do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, do Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e do Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR, para prestar os esclarecimentos necessários sobre esta matéria.

Palácio de S. Bento, 10 de abril de 2012.

Os Deputados,

